



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)**

ADRIANA MONTEIRO DA SILVA

**AGENTES SOLIDÁRIOS NO COTIDIANO DAS PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA: o agir do voluntariado**

**ACARAPE - CE
2019**

ADRIANA MONTEIRO DA SILVA

**AGENTES SOLIDÁRIOS NO COTIDIANO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA: o agir do voluntariado**

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior.

**ACARAPE - CE
2019**

ADRIANA MONTEIRO DA SILVA

**AGENTES SOLIDÁRIOS NO COTIDIANO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA: o agir do voluntariado**

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus que não permitiu que me faltassem forças, fé e perseverança para realizar o sonho de um ensino superior.

Ao meu tio Haroldo Barbosa de Siqueira (*in memoriam*), que sempre me incentivou e aconselhou para que eu tivesse uma graduação de nível superior.

Aos meus pais, José Teles Monteiro (*in memoriam*) e Maria Eliane de Siqueira Monteiro (*in memoriam*), que me deram amor, educação e me serviram como exemplo de dignidade e respeito ao próximo e que em memória deles busquei realizar este projeto de vida.

Às minhas filhas Mariane, Marina e Marília, como também às minhas netas Mariana Ketlen e Maitê, que tiveram que viver a minha ausência, pois tive que me mudar para Redenção para cursar o curso de Bacharelado em Humanidades e, por isso, dedico a elas a conclusão dessa graduação para que elas percebam que nunca é tarde para realização de um sonho.

Aos meus docentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), que me transmitiram novos conhecimentos me dando a possibilidade de novos sonhos.

Ao meu orientador Professor Dr. James Moura Ferreira Júnior, que de forma paciente e como profissional dedicado e exemplar, de uma generosidade ímpar, não me abandonou nos meus momentos de ausência e me guiou até aqui, o meu muito obrigada.

Quando eu deixei de olhar tão ansiosamente para o que me faltava e passei a olhar com gentileza para o que eu tinha, descobri que, de verdade, há muito mais a agradecer do que a pedir.

(Ana Jácomo)

RESUMO

O Brasil, como se observa, é um país socialmente desigual e um dos reflexos dessa desigualdade é o grande número de pessoas em situação de rua que são vistas diariamente. Apesar da existência de políticas sociais, a questão da pobreza e da população em situação de vulnerabilidade nas ruas, parece não ter soluções eficazes. Na tentativa de contribuir de alguma forma com o cuidado e o suprimento de algumas necessidades das pessoas em situação de rua, é que o voluntariado aparece com um importante papel de solidariedade. Como exemplo de organização não governamental voltada para o trabalho voluntário com pessoas em situação de rua, este trabalho destacará o Grupo Mãos que Ajudam, que consiste em um programa de ajuda humanitária e de serviço comunitário, formado por um grupo de amigos, entre homens e mulheres e de diversas idades, que moram no mesmo bairro no município de Fortaleza, Ceará. As ações voluntárias exercidas por eles se dão de diversas formas, desde a distribuição de roupas, agasalhos, produtos de higiene e remédios como também alimentos. Por isso, o objetivo geral deste trabalho será analisar os sentidos das ações solidárias desenvolvidas pelos participantes do Grupo Mãos que Ajudam para as pessoas em situação de rua, e, como objetivos específicos descrever as ações desenvolvidas pelos agentes solidários; compreender as representações das pessoas em situação de rua desenvolvidas pelos agentes solidários; e analisar os sentidos das ações solidárias voltadas para as pessoas em situação de rua. Tratando-se de metodologia, esta pesquisa será de teor qualitativo interdisciplinar, se valendo de pesquisa bibliográfica no âmbito das Ciências Sociais, Antropologia e Psicologia na tentativa de melhor compreender a importância e como se caracteriza o voluntariado, além de pesquisa de campo com os voluntários do Grupo Mãos que Ajudam, através da técnica de entrevista.

Palavras-chave: Desigualdade social; Pessoas em situação de rua; Voluntariado; Grupo Mãos que Ajudam.

ABSTRACT

Brazil, as noted, is a socially unequal country and one of the consequences of this inequality is the large number of homeless people who are seen daily. Despite the existence of social policies, the issue of poverty and the vulnerable population on the streets does not seem to have effective solutions. In an attempt to contribute in some way to the care and supply of some of the needs of homeless people, volunteering appears to play an important role of solidarity. As an example of a non-governmental organization focused on volunteer work with homeless people, this work will highlight the Grupo Mãos que Ajudam (Helping Hands Group), which consists of a humanitarian aid and community service program consisting of a group of friends, between men and women. Women of different ages, who live in the same neighborhood in the city of Fortaleza, Ceará. The voluntary actions performed by them occur in various ways, from the distribution of clothes, warm clothing, hygiene products and medicines as well as food. Therefore, the general objective of this paper will be to analyze the meanings of solidarity actions developed by the participants of the Grupo Mãos que Ajudam (Helping Hands Group) for homeless people, and, as specific objectives, to describe the actions developed by solidarity agents; understand the representations of homeless people developed by solidarity agents; and analyze the meanings of solidarity actions aimed at homeless people. In terms of methodology, this research will be of an interdisciplinary qualitative content, using bibliographic research in the Social Sciences, Anthropology and Psychology in an attempt to better understand the importance and how volunteering is characterized, as well as field research with volunteers of the Helping Hands Group, through the interview technique.

Keywords: Social Inequality; Homeless people; Volunteering; Group Helping Hands.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 JUSTIFICATIVA	10
3 OBJETIVOS	11
3.1 Objetivo Geral	11
3.2 Objetivos Específicos	11
4. REVISÃO DE LITERATURA	11
4.1 A situação de rua em interface com a pobreza	11
4.2 Pessoas em situação de rua	13
4.3 O processo de estigmatização de rua	15
4.4 As políticas sociais para situação de rua e o espaço para o voluntariado	18
5 METODOLOGIA	26
5.1 Tipos de metodologia	26
5.2 Técnica utilizada	27
5.3 Local de realização da pesquisa	29
5.4 Dados dos participantes	29
5.5 Procedimentos utilizados	30
5.6 Análises realizadas	31
5.7 Considerações éticas	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O cotidiano das pessoas em situação de rua faz parte de um contexto onde o indivíduo passa por uma situação de degradação humana, ausência de pertencimento, apartação, isolamento, desgaste de valores concebidos, estigmatização de marginalização, perda de identidade, quebra de vínculos familiares, falta de higiene pessoal, de um teto onde possa se abrigar e exposto a violência das ruas.

As pessoas em situação de rua passam por práticas de discriminação, vergonha, humilhação e de violência em que as consequências se tornam cicatrizes não só físicas, mas talvez até mais profundas como as cicatrizes psicológicas por todas as experiências vivenciadas nas ruas, e, como consequência, o indivíduo perde o respeito por si mesmo e para com o outro se auto conceituando como um ser inferior diante do outro.

A invisibilidade das pessoas em situação de rua como seres sociais pela sociedade é uma marca forte que tem como contradição a visibilidade dos seus estigmas como símbolos, como descreve Moura Jr. e Sarriera (2013, p. 19): “no caso das pessoas em situação de rua, esses signos poderiam ser representados pela pele desgastada, pela sujeira no corpo, pelas sacolas carregadas, pelo cheiro de suor, pelas doenças, pela loucura e pelo espaço público como morada”.

Para que as políticas públicas trabalhem com eficácia são necessários estudos sobre a pobreza para se chegar a sua complexa definição. Para conceituar as pessoas em situação de rua é necessária uma abordagem histórica das concepções de pobreza ocorridas desde o início de nossa colonização até a contemporaneidade. Crespo e Gurovitz (2002, p. 3) vão mais além e descrevem a pobreza em categorias: juízo de valor, pobreza relativa, pobreza absoluta e pobreza relativa/absoluta que se interligam com a sobrevivência necessidades básicas e outras privações e denominam a pobreza como um fenômeno multidimensional.

Para tentar amenizar os efeitos colaterais decorrentes da pobreza e para as pessoas em situação de rua, surgiram as políticas públicas e tem tentado contar essa classe de pessoas visto que esse é um número sempre crescente. O autor Sen (2000, p. 3) faz uma abordagem crítica sobre o objetivo das políticas públicas no combate à pobreza, pois segundo ele “não se deve relacionar a pobreza somente à privação de renda”. A pobreza tem como consequências a falta de educação, serviços de saúde, etc., e dá destaque que a privação da vida e da liberdade de ser tem prioridade frente a pobreza monetária, pois assim justificaria o estigma de que as pessoas em situação de rua são incapazes de obter sua própria renda e assim suprir suas necessidades básicas e saírem das ruas.

A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 6).

Nesse âmbito de estudo, Secchi (2014) cita que os estudos de políticas públicas têm duas abordagens: estatal e multicêntrica.

[...] a perspectiva estatal considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. [...] e a abordagem multicêntrica, que considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (policy networks), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas [...] (SECCHI, 2014, p. 2).

É importante também destacar a dimensão temporal, em que é feita uma análise das fases e do ciclo ou processo de elaboração das políticas públicas, que o autor dividiu em sete fases: “identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; extinção” (SECCHI, 2014, p. 33).

Para efetivação dessas políticas públicas são necessários basicamente três categorias de agentes: políticos, burocratas e sociedade civil.

É uma estrutura de interações, predominantemente informais, entre atores públicos e privados envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas. Assim, suas principais características são: interdependência entre os atores que as compõem, liberdade de entrada e saída para seus membros, controle disperso e relações informais e não hierárquicas, e busca de interesses externos aos membros da rede (SECCHI, 2014).

Na categoria de organização social alguns agentes como donas de casa, estudantes, outras categorias profissionais, empresários e até aposentados formam a categoria de voluntários que se disponibilizam a realizarem atos de solidariedade. O voluntariado é um trabalho realizado em vários contextos sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade seja na saúde (hospitais), na educação (escolas) ou nos contextos sociais (pessoas em situação de rua). Assim, o voluntariado pode surgir em espaços em que as políticas públicas não estão presentes.

No espaço do voluntariado existem questões que devem ser estudadas e discutidas, como métodos a serem usados e a motivação para o trabalho voluntário. Por vivenciar uma experiência pessoal de pessoa em situação de rua e pelo desejo de poder ajudar, resolvi conhecer melhor esse contexto de pessoas em situação de rua, a partir da atuação do voluntariado. Este trabalho terá como público participante esses agentes solidários voluntários no cotidiano das pessoas em situação de rua com suas inquietações, problemáticas e motivações.

2 JUSTIFICATIVA

O interesse deste projeto de pesquisa consiste em analisar e tentar explicar o porquê de agentes solidários irem até as ruas e buscarem aproximação com pessoas em situação de rua realizando ações solidárias levando alimentação, remédios, materiais de higiene, cobertores e roupas, uma palavra amiga, um abraço afetuoso, compreensão para tentar entender o que os levou a essa situação de rua. Para alguma dessas pessoas que vivem na rua, que não possuem mais nenhuma expectativa, sem sonhos, sem esperança para novas conquistas ou mudança de vida social, esses agentes solidários são as únicas pessoas com quem podem contar e essas ações solidárias se transformam em um convite para uma nova chance de vida.

A escolha do tema deu-se a partir da fala de Bruno Valente (Projeto RUAS, Facebook, 30/06/2017) “... me sinto incomodado em ver indivíduos que vivem nas ruas, sujeitando-se a condições de vida inferior...”, onde de imediato reconheci o meu pensamento e uma das inquietações do meu coração pertinente ao meu próximo e por viver essa realidade de degradação humana com uma pessoa muito próxima a mim. Por vezes essas pessoas em situação de rua precisam apenas de um abraço, uma palavra, um gesto, um abraço, para encontrar forças e sair da situação de rua. É a esperança que me incentiva a desenvolver esse projeto de pesquisa, de uma ação solidária alcançar o meu ente querido. Sabemos que existem muitos motivos que levam essas pessoas a situação de rua e que são necessárias ação, empatia e amor ao próximo para se chegar a essas pessoas.

O que leva pessoas anônimas a dedicarem um pouco do seu tempo e irem até essas pessoas em situação de rua? Que sentimentos e novos conhecimentos podem ser adquiridos com essas pessoas em situação de rua? Quais expectativas são desenvolvidas a partir de ações solidárias e de cada história dessas pessoas em situação de rua? Durante a criação desse projeto de pesquisa tentarei compreender e buscarei respostas para essas indagações.

Para a realização de um bom projeto de pesquisa é necessário que o pesquisador esteja aberto a novas experiências e pronto para mudanças em seu interior como destaca Goldenberg:

Fazer uma pesquisa significa aprender a pôr ordem nas próprias ideias. Não importa tanto o tema escolhido, mas a experiência de trabalho de pesquisa. Trabalhando-se bem não existe tema que seja tolo ou pouco importante. A pesquisa deve ser entendida como uma ocasião única para fazer alguns exercícios que servirão por toda vida (GOLDENBERG, 2013, p. 68).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Analisar os sentidos das ações solidárias desenvolvidas pelos participantes do Grupo Mãos que Ajudam para as pessoas em situação de rua.

3.2 Objetivos Específicos

- Descrever as ações desenvolvidas pelos agentes solidários;
- Compreender as representações das pessoas em situação de rua desenvolvidas pelos agentes solidários;
- Analisar as motivações e afetos das ações solidárias voltadas para as pessoas em situação de rua.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 A situação de rua em interface com a pobreza

Aline Siqueira (2006) informa que no século XX a modernização implantada no Brasil só alavancou o crescimento da pobreza e o número de favelas com o êxodo rural, em que os pobres eram os únicos responsabilizados por sua miserabilidade e pelos principais problemas do país incluindo o subdesenvolvimento e a falta de crescimento do Brasil.

Em 1988 é promulgada a Constituição Federal, em vigor até hoje, que alcunhada de Constituição Cidadã por inovar ao tratar de temáticas sociais e garantias fundamentais, firmou um conceito de pobreza ligado aos direitos humanos no contexto da igualdade social, com mobilidade nacional e implementadas estratégias emergenciais de combate à fome, com movimentos governamentais e da sociedade civil. A pobreza no Brasil passou a ser alvo de ações governamentais, pois até o momento a pobreza era resultado das mudanças climáticas, da mestiçagem, das doenças, da desorganização social ou da falta de mobilização popular dos brasileiros como afirmam Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014).

Em 01 de julho de 1994 foi implantado o Plano Real no governo de Itamar Franco para tentar estabilizar a crescente inflação e "(...) as estratégias de combate à pobreza foram

deslocadas de um patamar político e governamental esboçadas na constituição e 1988 para uma posição não política vinculada à filantropia restrita às ações das primeiras damas das esferas municipal, estadual e federal." (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2014, p. 3) tornando as ações sociais como prática eleitoreira e aliciamento político com uma encenação de a situação de rua em interface com a pobreza.

Pobreza no dicionário Aurélio significa estado ou qualidade de pobre, falta do necessário à vida: escassez; indigência; penúria, se relacionados a questão monetária. A partir do pensamento de Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014), pode-se entender que na perspectiva materialista-histórica-dialética o conceito de pobreza deu-se no início do período colonial.

Na concepção de Márcia Sprandel (2004), a pobreza é uma consequência da escravização, da dominação da metrópole Portugal sobre a colônia Brasil, que usavam os escravizados como mão-de-obra no sistema de monocultura de latifúndios. Para a autora Izabel Piva (2006), a imigração de forma desordenada de italianos e alemães também influenciou no número de pessoas pobres e a falta de perspectiva do povo brasileiro.

O conceito de pobreza torna-se imprescindível quando o objeto de estudo está relacionado à pobreza e suas consequências, pois, assim, se tem um melhor conhecimento para se entender o objeto de estudo, por isso Crespo e Gurovitz (2002) relatam que o fenômeno da pobreza pode variar em categorias: pobreza como juízo de valor, pobreza relativa, pobreza absoluta e pobreza relativa/absoluta.

“A conceituação de pobreza é categorizada como ‘juízo de valor’ quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 3).

Não podemos esquecer que, além das necessidades básicas como saúde, alimentação, moradia, social e lazer, o indivíduo possui sentimentos que estão intimamente ligados a normas e padrões de uma sociedade colonizada que determina preconceitos quanto à pobreza. A humilhação traz como consequência o enfraquecimento do respeito por si e para com o outro estabelecendo um elo de opressão e práticas de humilhação.

É importante citar que a situação de pobreza não é vergonhosa e sim uma condição econômica, porém ser pobre não é desejado por ninguém. Não se deve romantizar a pobreza pois a pobreza é um problema social, de desigualdade social e dos problemas governamentais que envolvem moradia, necessidades básicas, educação e saúde.

Para Crespo e Gurovitz (2002), nos conceitos de pobreza relativa e de pobreza absoluta estão dimensionadas as desigualdades na distribuição de renda que classifica pobreza relativa

as baixas rendas, que compara a outros relacionados à renda per capita de parte da população, emprego ou poder, mas que reproduz divergências nos conceitos de pobreza e desigualdade onde o indivíduo que possui uma situação socioeconômica mais privilegiada, vale mais.

O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 4)

A definição utilizada pela SNAS/MDS segundo a qual a população em situação de rua “é um grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuam em comum a garantia de sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (MDS, 2006, p. 24). Esta definição, se comparada às abordagens de conceito de pobreza, se complementam e determina a pobreza como um fenômeno onde há a falta do básico e necessário como um lar, a saúde, um emprego e o bem material.

4.2 Pessoas em situação de rua

A Secretaria Nacional de Assistência Social define a pessoas em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, formado por pessoas com diferentes realidades e experiências, mas que têm a condição de pobreza absoluta, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e falta de habitação como ponto comum.

As pessoas em situação de rua utilizam os espaços públicos, logradouros e praças como referência de moradia formando identidades pessoais e sociais, criando e destruindo vínculos sociais e interpessoais com personagens estigmatizados e excluídos em um contexto de pobreza, violência, falta de oportunidade de trabalho, doenças físicas e psíquicas, drogadição e roubos como armadura de defesa para enfrentar essa dura realidade degradante.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

[...] as pessoas em situação de rua constituem uma parcela da população brasileira nos limites inferiores de pobreza e de vulnerabilidade. É uma população que, além de extremamente pobre, é escassamente escolarizada e se compõe predominantemente de negros, que, embora estando predominantemente em idade economicamente ativa, não conseguem inserção no mercado formal de trabalho (BRASIL, 2009, p. 101).

Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013) em suas pesquisas sobre discriminação às pessoas em situação de rua em Fortaleza relatam dados sobre a realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre pessoas em situação de rua, onde foi quantificado em Fortaleza o número de

1.701 pessoas em situação de rua no ano da realização da pesquisa, de outubro de 2007 a janeiro de 2008.

Como resultado deste primeiro censo e o modo de uso da cidade por essa população em situação de rua, foi diagnosticado:

[...] eles se deslocam, na maioria das vezes, na própria cidade, pois somente 11,6% das pessoas entrevistadas apresentam mobilidade entre cidades distantes. O contingente de 76,1% residia na própria cidade ou em localidades próximas do atual espaço utilizado em situação de rua. Sobre o tempo de utilização do espaço público como morada, 48,4% estão há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergues. (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013, p. 19).

Os entrevistados relacionaram que a motivação para a ida à rua foram “problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%); e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados, 71,3 % citaram pelo menos um desses três motivos” (BRASIL, 2009, p. 87).

No ano de 2015 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou uma pesquisa indicando que no Brasil existem entre 100 mil e 900 mil pessoas vivendo em situação de rua e que 40,1% estavam em municípios com mais de 900 mil habitantes, 77,02 % em municípios com mais de 100 mil pessoas e que 6,63 % em municípios com até 10 mil habitantes. Essa pesquisa, realizada por Marco Antônio Carvalho Natalino, especialista em políticas públicas e gestão governamental e lotada no IPEA, é de grande importância para que novas políticas públicas sejam pensadas e colocadas em operação para pessoas em situação de rua. Natalino afirma que a contagem dessa população deve ser incorporada ao Censo de 2020 e que o governo federal deve incentivar as gestões municipais a conhecerem melhor quem está em situação de rua sugerindo que essa população que vive nas ruas deve ser integrada ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para receberem a transferência de renda e habitação e apenas 47,1 % desta população estava cadastrada em 2015.

Recomenda-se que seja incentivada a realização de pesquisas municipais com as pessoas em situação de rua neste grupo de cidades. Nos municípios menores, o desenvolvimento e a disponibilização de metodologia de diagnóstico da população de rua pode fomentar a incorporação desse segmento nas atividades de vigilância socioassistencial desenvolvidas pelos governos municipais (NATALINO apud IPEA, 2017).

Para Kaká Ferreira, presidente do Núcleo Assistencial Anjos da Noite, alguns dos motivos para essas pessoas procurarem a situação de rua são o desemprego, a perda de referência familiar e de sua casa, a falta de instrução e de autoestima. Sheila Costa, coordenadora do Programa Reviravolta, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, aponta que a saída do sistema prisional e o uso de drogas, também são situações que levam homens e mulheres para as ruas (JORNAL O DIÁRIO, 2016). Para ambos, a falta de políticas públicas

eficientes para apoiar e garantir os direitos básicos dessas pessoas em situação de rua, faz com que a sociedade civil se organize e crie organizações voluntárias para a construção de alicerces e mecanismos de articulação como apoio a essas pessoas em situação de rua, pois as políticas públicas existentes para as pessoas em situação de rua não são totalmente abrangentes.

Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004 em São Paulo, foram mortos sete moradores de rua e o episódio ficou conhecido como o “Grande Massacre da Praça da Sé”, marcando o dia como o dia de luta das pessoas em situação de rua e o surgimento do Movimento Nacional das pessoas em situação de rua. Anderson Lopes de Miranda, coordenador nacional do Movimento Nacional das pessoas em situação de rua, explica que desde 2009, a situação mudou.

Hoje, temos o decreto 7053/2009, criado pelo ex-presidente Lula, que estabelece uma política nacional para a população em situação de rua e um comitê paritário com nove ministérios e nove [representantes] da sociedade civil, que propõe políticas públicas para essa população e cada município e Estado tem que aderir a este comitê (MIRANDA apud OBSERVATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL, 2016).

Você caça emprego, mas não acha. Quando acho, levo o currículo, mas pedem o endereço, perguntam “Cadê o seu endereço aqui?”. Respondo que não tenho, que sou morador de rua. Queria muito um emprego, não é por que estou na rua que quero ficar na rua, meu sonho é arranjar um emprego fichado (MORADOR DE RUA, GAZETA ONLINE, 2017).

4.3 O processo de estigmatização de rua

A palavra estigma tem significados variados, e pode ser no corpo como uma cicatriz provocada por uma ferida ou machucado como também em forma de uma pinta ou sinal natural do corpo. Socialmente, estigma surge por rompimento de características sociais, crenças pessoais que contrariam as normas culturais. Estigmas sociais frequentemente levam a marginalização. “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. (...)” (GOFFMAN, 2008, p. 13).

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (...) (GOFFMAN, 2008, p. 14).

Todo ser humano constitui sua própria identidade baseada em suas referências de mundo, conceitos, crenças, ideias e responsabilidades para compreender a si mesmo. Mattos,

Castanho e Ferreira (2003), determinam como conceitos básicos para compreensão de identidade, dois conceitos utilizados na Psicologia Social Brasileira: o de identidade enquanto metamorfose e a lei de dupla formação dos processos psicológicos superiores. Mattos, Castanho e Ferreira (2003) descrevem identidade de forma complexa partindo de uma identidade social, entre indivíduo e sociedade, em que essa identidade se transforma a partir da sociedade que se vive e pelo o que se absorve do “outro”, por isso certas expressões de nossa identidade podem ser uma forma de sobrevivência que se formam nas relações intersubjetivas, diferentemente de um conteúdo intrapsíquico que seria o reflexo do nosso interior.

Goffman define as pessoas como “normais” e pessoas “estigmatizadas” partindo da percepção da pessoa “normal” em relação à qual ela é “normal”. Indivíduos ao primeiro encontro buscam se avaliarem e se informarem de suas vidas sociais, econômicas, seus conceitos, defeitos e qualidades formando assim seus preconceitos, julgando sua conduta e aparência. Para Goffman o indivíduo é meramente um ator que desempenha um papel usando a máscara apropriada para cada ato (momento social) de sua vida para uma plateia de observadores como se fossem personagens de uma peça teatral a serem examinados e julgados por seus expectadores em suas atitudes e aquele que não corresponde às expectativas do normal torna o outro em estigmatizado, discriminado e assim reduzindo as chances de vida do outro.

O ser humano tem sonhos e desejos que para realizá-los é preciso representar um papel e revestir-se de artimanhas no intuito de se proteger dos reversos e tropeços da vida, mas sem esquecer que na realidade não podemos deixar de lado nossas fantasias, cenários e roteiros para que os defeitos e falhas de nossas personalidades não sejam vistos.

“Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida (...)” (GOFFMAN, 2008, p. 15). As pessoas em situação de rua vivem uma realidade de pobreza onde lhes foi tirado os princípios básicos de moradia, alimentação, segurança, assistência, saúde e educação, e, marcados pelo sentimento de vergonha, onde vergonha e estigma se relacionam como um único sentimento de desvalorização, de impotência e de inferioridade.

Moura Jr. et al. (2012) refere-se à identidade como elemento de atividade e da consciência a partir de papéis de personagens e de formas de reconhecimento, da igualdade e da diferença; da objetividade e da subjetividade, abrangendo a estrutura da realidade social em sua constituição. Moura Jr. ainda afirma que:

As pessoas em situação de rua são portadoras de duas identidades sociais alvo de estigmatizações: a identidade social de pobre e a identidade social de morador de rua. A identidade social de pobre está baseada nos papéis sociais de conformado, de crente em Deus como responsável por tudo, de mártir, de vagabundo, de causador das mazelas sociais, de sujo, de doente e de culpado pela situação de pobreza (MOURA JR. et al., 2012, p. 105-106).

Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014) fazem uma relação entre o conceito de alguns autores sobre a formação da identidade citando alguns autores que dialogam entre si como Vygotsky (2004) e Lane (1981) que concordam que a identidade do ser humano é formada em um contexto social e de relações sociais, e Ciampa (1987) que afirma que o estudo da identidade está interligado a sociedade. Moura Jr. reforça, portanto, que estas relações podem ser potenciais de libertação ou de opressão.

Para Goffman (2008) a identidade social estigmatizada influencia apenas de forma opressora fazendo com que o estigmatizado se sinta inferior as pessoas que não participam dessa identidade social. " O cenário se refere a realidade social no que condiz aos seus aspectos estruturais sociais, históricos, simbólicos e ideológicos" (MOURA JR. et al., 2012. p. 70). Nessa realidade de pobreza extrema em que se encontram as pessoas em situação de rua percebe-se um conformismo sem percepção de horizontes de mudança em suas vidas e aceitam o sofrimento como parte integrante do ser humano, segundo Moura Jr. et al. (2012).

Sobre a situação de rua, Matos, Castanho e Ferreira (2003) afirmam que a delinquência e a drogadição são consideradas pela sociedade como atributos necessariamente atrelados à vida de uma pessoa em situação de rua. Quando um indivíduo quebra o elo social, o elo familiar e passa a morar na rua, sua história começa a fazer parte de suas memórias e o seu potencial e habilidades por vezes fica escondido, esquecido nessas memórias onde a discriminação absorve a verdadeira identidade desse sujeito. Com suas identidades sociais esquecidas e assim, discriminados e marginalizados por muitos, apesar dessa situação de rua, muitos desses indivíduos têm potencial ou até são grandes profissionais que por algum motivo se encontram nas ruas.

Todos os dias milhares de moradores de rua se tornam invisíveis para o restante da população. Dormindo nas calçadas, embaixo das marquises. Esses homens e mulheres que vivem nas ruas sendo julgados, mas que existem, têm fome e sonhos, muitas vezes só precisam de um "olhar" para que suas histórias possam ser ouvidas e seus talentos possam ser descobertos e que uma chance lhes possa ser dada para reverter essa situação de rua.

4.4 As políticas sociais para situação de rua e o espaço para o voluntariado

As organizações sociais, que são organizações voluntárias, cada vez mais buscam construir alicerces e mecanismos de articulação tentando reverter essa situação de rua garantir direitos igualitários para toda sociedade, o reconhecimento da política social enquanto direito social. Em uma sociedade preconceituosa e discriminatória, e que por muitas vezes torna invisíveis as pessoas em situação de rua, ocorre geralmente um processo de naturalização da violência no tocante a esse público.

Argiles e Silva (2011) definem a ocupação do espaço público por pessoas que não tem moradia e as necessidades básicas, sociais, de proteção, como um fenômeno social, e, atestam as desigualdades sociais como frutos destrutivos do sistema capitalista. Sposati (2009) ressalta que a falta de um endereço fixo, e como moradia o espaço público, dificulta a realização de registros oficiais sobre as pessoas em situação de rua e o atendimento às suas necessidades básicas e especificidades, fazendo desses sujeitos pessoas invisíveis nas pesquisas em moradias para a execução de projetos ou políticas públicas específicas para as pessoas em situação de rua.

É dever da Assistência Social desenvolver programas e serviços sociais para cobrir, reduzir ou prevenir exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais regulamentadas pela NOB-SUAS (2005), para atenderam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários, visando garantir o seu acesso a direitos sociais e o desenvolvimento de sua autonomia de cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como:

(...) famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social (BRASIL, 2004, p. 27).

Na constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, caput: *todos são iguais perante a lei*, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade, e garante direitos igualitários para toda sociedade, o reconhecimento da política social enquanto direito, regulamentada pelo LOAS em dezembro de 1993, incluindo a política social pública no contexto da Seguridade Social garantindo direitos igualitários para toda sociedade e o reconhecimento da política social enquanto direito social.

As políticas públicas podem ser definidas como direitos assegurados constitucionalmente ou que são reconhecidas por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais, que garantem a educação e a saúde no Brasil como direitos universais de todos os brasileiros e instituídos pela própria Constituição Federal com a participação ativa da sociedade mediante os conselhos em nível municipal, estadual e nacional. As políticas públicas são formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos através de audiências públicas, encontros e conferências setoriais.

A estrutura das políticas públicas segue a ordem de planos, programas, ações e atividades; onde são traçadas diretrizes, prioridades e objetivos gerais e específicos para um determinado público.

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 (aprovada pela resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS e publicada no DOU de 28/10/2004) expressa as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003 (...). (...) o SUAS (aprovado em julho de 2005, pelo CNAS, por meio da NOB 130, de 15 de julho de 2005). Neste aspecto, o foco da atenção da Política passa a ser prover serviços, programas e projetos nos dois níveis, baseado na lógica de proteção social – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade) para a família, indivíduos e grupos que dele necessitem; ampliação do acesso a bens e serviços, contribuindo para inclusão e equidade dos usuários da política; centralidade na família, promovendo o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários (BRASIL, 2004, p. 27).

Em maio de 2008 em Brasília/DF foi elaborado um documento apresentando a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua como base de construção e execução de políticas públicas que possam abordar à essas pessoas tantas vezes marginalizadas e discriminadas. Como resultado de estudos e debates do grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da Política Nacional de Inclusão social da População em Situação de Rua, foi criado o Decreto S/Nº, de 25 de outubro de 2006 que decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Destaca-se ainda a importante atuação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS) representante da sociedade civil organizada. Partindo do estudo do perfil sócio demográfico e econômico das pessoas em situação de rua foi descrito uma caracterização para identificar esses indivíduos, foram desenvolvidas e estruturadas ações estratégicas, com princípios e diretrizes que regulam ações públicas para as pessoas em situação de rua.

Em contraponto com a realidade brasileira, as políticas sociais esbarram em uma burocracia condicional que exigem documentos e CEPS (Código de Endereçamento Postal) de um grupo que vaga pelas ruas e que ciganamente transita pelos logradouros das cidades, tornando assim as políticas sociais de um alcance mínimo.

Contudo, o SUAS busca:

(...) os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substância psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social (BRASIL, 2004, p. 27).

Podemos citar ainda o Centro POP (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua) que é uma unidade pública e espaço de referência especializado previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, constituindo-se em unidade de referência da PSE (Proteção Social Especial) de média complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2011).

No CENTRO POP são realizados atendimentos individuais ou coletivos para o convívio social e desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade, respeito e socialização onde são realizadas oficinas e atividades de convívio e socialização. Funciona também como ponto de apoio para as pessoas que moram e/ou sobrevivem nas ruas e podem guardar seus pertences, fazer sua higiene pessoal e alimentação, inserção no Cadastro Único para programas sociais do governo federal, pois o endereço do CENTRO POP pode ser usado com referência dos usuários.

O CENTRO POP visa acolhida e atividades socioassistenciais, como também apoio para construção ou reconstrução, preservando as escolhas do usuário, e reintegração ao convívio social, reinserção familiar e ao mercado de trabalho, implementação de novos projetos de vida com ética, respeito à dignidade, diversidade e não discriminação.

Como fundamentação e funcionamento as ações são diversas e variam de projeto a projeto, mas que têm em comum resgatar a autoestima dos/as moradores/as de rua para sua reintegração à sociedade. As ações se iniciam com abordagem a essas pessoas em situação de rua, se dá o acolhimento que se diversifica de acordo com o projeto e passa para as ações que cada projeto tem a oferecer. Na abordagem de pessoas em situação de rua é oferecido atendimento nas seguintes áreas e atividades: moradia, alimentação, roupas e calçados, higiene pessoal, medicamentos, apoio psicológico e espiritual, atendimento médico e odontológico, amparo moral e encaminhamento para instituições que oferecem tratamento da dependência química. Outros projetos tiram documentação para tentarem reinseri-las social e profissionalmente e criam um banco de currículos de pessoas em situação de rua funcionando como uma ponte, conectando ONGs que auxiliam moradores de rua a empresas dispostas a contratá-los, visto que a falta de um endereço ou recomendações dificultam que essas pessoas em situação de rua sejam sequer recebidas pelas empresas, conforme relatos de moradores de rua.

Segundo Secchi (2010) qualquer definição de política pública é arbitrária, pois não há consenso na literatura especializada sobre questionamentos básicos e ainda afirma que a essência conceitual de política pública é o problema público, assim uma política pública seria para resolver um problema público e é responsabilidade do Estado. Na opinião de Rua (2009), embora uma política implique decisão política, nem toda decisão chega a constituir uma política pública. De acordo com Abad (2002), uma política pública é a forma com a qual o Estado concretiza suas ações e representa o que o governo opta ou não por fazer frente a uma situação, supõe uma ideologia de mudança social e pode ser um instrumento de dominação do Estado e concorda com Secchi (2014) afirmando que a política pública existe para solucionar algum problema por meio da ação política com o intuito de gerar decisões coletivas.

No contexto das pessoas em situação de rua, as políticas públicas no âmbito dos serviços públicos de saúde e de assistência social, não conseguiram acompanhar o crescente número de moradores de rua nos últimos anos. O Ministério da Saúde tem criado estratégias para controlar as causas e efeitos do consumo prejudicial de álcool e outras drogas, juntamente com outras políticas sociais, por meio das ações previstas no Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS

(PEAD 2009-2010), instituído pela Portaria nº 1190, de 04 de junho de 2009, e do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (PIEC), instituído pelo Decreto Presidencial nº 7179 de 20 de maio de 2010 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010)

Como parte do Plano de Enfrentamento ao Crack, os consultórios de rua são uma modalidade de atendimento aos usuários de drogas que vivem em condições de maior vulnerabilidade e que estão distantes da rede de serviços de saúde e intersetorial. A proposta é oferecer clínica acessível e especializada – com profissionais de diversas áreas, como da saúde e assistência social – para o atendimento de problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas. Como experiência os consultórios de rua iniciaram em 1999 em Salvador, na Bahia, por determinação do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) seguido depois pelo Ministério da Saúde como metodologia de estratégia do Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde (PEAD) e em 2010, foi também incluído no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

O consultório de rua tem como principal objetivo desenvolver o respeito às diferenças, a promoção de direitos humanos e da inclusão social, o enfrentamento do estigma, as ações de redução de danos e a intersetorialidade, e devolver a dignidade humana a quem não se reconhece mais como ser humano. O plano Consultório de Rua segue etapas: a primeira etapa é de mapeamento da cidade para localizar onde existe a maior concentração de pessoas em situação de risco psicossocial e em uso de drogas, para depois buscar os líderes do grupo ou comunidade para que com sua autorização, a equipe multidisciplinar clínica possa instalar a *perua* (carro usado como consultório volante, com identificação institucional, com o nome Consultório de Rua-SUS), porém não existe um protocolo a ser seguido pois os Consultórios de Rua devem adequar-se às necessidades de seus usuários (CONSULTÓRIOS DE RUA-SUS, 2010, p. 10-14).

Em entrevista para a Gazeta Online (2017), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo, assistente social e mestre em Política Social, afirma que “a solução não se dá apenas em uma área, é uma ação integrada. No entanto, com a crise econômica, o poder público também está diminuindo investimentos, o que é de se lamentar”. A psiquiatra Mariana Frizzera, respondendo nessa mesma entrevista, afirma que:

(...) infelizmente as políticas públicas de saúde estão aquém do necessário para o auxílio a essas pessoas. (...) essas pessoas acabam ficando vulneráveis a desenvolverem transtornos mentais pela própria situação de abandono, condições inadequadas de habitação, violência e exclusão social. As alterações psicológicas, agressividade e desesperança podem culminar em quadros de depressão, com consequente uso de álcool e drogas (GAZETA ONLINE, 2017).

O militante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Carlos Roberto Souza Ribeiro, ex-morador de rua, afirma que “deveria haver diálogo entre representantes de órgãos públicos e as pessoas em situação de rua. Eles (pessoas em situação de rua) vivem a realidade” (GAZETA ONLINE, 2017).

Assim, Mariana Frizzera, psiquiatra, e Cristiano Luiz, assistente social, sugerem que essas pessoas em situação de rua necessitam na área da saúde de:

(...) uma abordagem de rua para traçar um perfil, ofertar tratamento adequado e encaminhamento especializado aos dependentes químicos com monitoramento a esses pacientes a fim de evitar recaídas, programas de habitação com aluguel social para auxiliar pessoas que não tem renda até conseguirem se recolocar no mercado de trabalho, capacitação através de cursos profissionalizantes, criar políticas de incentivo para reinserir as pessoas no mercado de trabalho com isenção fiscal para empresas que empregam as pessoas em situação de rua (GAZETA ONLINE, 2017).

Para que essas pessoas em situação de rua tenham uma nova chance é necessário que seja feito um trabalho com a sociedade através da educação. É preciso que esse tema seja abordado com as pessoas em situação de rua, com o Estado, com a sociedade e nas escolas, para que essas pessoas deixem de ser invisíveis e sejam reconhecidas como seres humanos dotados de direito.

Para o desempenho das organizações sociais é necessário o apoio de pessoas voluntárias, visto que essas organizações sociais trabalham sem fins lucrativos, em que a princípio devemos enfatizar que ser voluntário é diferente de ser solidário. Como definir o que é um trabalho voluntário? É muito complexo definir o que é uma atividade voluntária partindo do princípio da existência de um leque de atividades que podem ser definidas como atividade voluntária com o crescimento importante das organizações não-governamentais (ONGS) que integram o terceiro setor.

Para ser voluntário é preciso compromisso, é preciso ser solidário e compartilhar saber, mas também amor, é ensinar, mas também aprender com as lições de vida. No Brasil existe a Lei 9.608/1998 que regulamenta o serviço voluntário e determina que serviço voluntário é “a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituições privadas sem fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade” (BRASIL, 1998)

Para uma definição mais aproximada, Cnaan e equipe (CNAAN; AMROFELL, 1994, p. 335-351; CNAAN; HANDY; WADSWORTH, 1996, p. 364-383) atualizaram cerca de 200 conceitos para criarem um conceito básico de voluntariado, onde concluíram que todos os

conceitos levam a doação de algo (tempo, trabalho e/ou competências) e assim dividem em quatro eixos para discussão:

O primeiro é o livre-arbítrio (free will), que pode ser influenciado por motivações internas e até pressões externas, como amigos ou família, pressões sociais ou religiosas e até cobranças do mercado de trabalho. O segundo é a disponibilidade e a natureza de remuneração que pode ser nenhuma ou ir até incentivos fiscais de desconto no imposto de renda pessoal (Cnaan & Amrofell, 1994; Cnaan et al., 1996). O terceiro eixo estuda se a proximidade dos beneficiários pode influenciar na escolha em se voluntariar, isto é, significa saber se estar próximo ao problema (como viver na mesma comunidade) que se quer atenuar pode ter influência na escolha; e o quarto eixo trata do nível de institucionalização da tarefa (CAVALCANTE et al., 2015, p. 525).

Partindo de uma pesquisa em cinco países (Itália, Índia, Holanda, Canadá e Estados Unidos) Handy et al. (2000, p. 55) concluíram e definiram que o voluntariado está interligado com custos, perdas e voluntariado onde quanto mais perdas e custos o indivíduo tiver sua atividade poderá ser considerada mais voluntária. Cavalcante et al., (2015, p. 525) apontam que entre o Brasil e outros países de origem anglo-saxônica, pesquisas pontuaram apenas um ponto em comum sobre a origem do trabalho voluntário, a questão religiosa, pois esses outros países buscam autonomia em acordo com o Estado.

A ONU (Organização das Nações Unidas) define como voluntário “o jovem ou o adulto que devido a seu interesse pessoal e ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos” (ONU BRASIL, online).

Partindo do princípio de que alguns autores empregam os termos voluntariado e voluntarismo como sinônimos, é possível esclarecermos seus significados com o uso do dicionário que define voluntariado como uma ação de pessoas que participam de algum trabalho por vontade própria e voluntarismo como sendo uma doutrina, uma teoria psicológica ou filosófica que estuda a vontade e o comportamento humano, entende-se que para tanto é necessária uma motivação para que aconteça esse agir. Por isso, buscamos definir o que é motivação partindo do dicionário: “1- motivar + ação. 2. Despertar o interesse por (aula, conferência, atividade, etc.), ou de alguém (tdi); 3- Intenção ou objetivo de alguém, quando realiza certa ação; móbil” (MINIDICIONÁRIO AURÉLIO, 2004, p. 507).

O Trabalho voluntário está interligado com a motivação, onde Lathan e Pinder (2005, p. 490), relacionam a motivação como o resultado de um processo psicológico que consiste da ligação entre o indivíduo e o espaço de convivência. É importante entender essa motivação para as organizações voluntárias, para que possam organizar e suprir as necessidades do voluntário. (CAVALCANTE et al., 2015, p. 525).

Dada a importância do trabalho voluntário foram feitas pesquisas para ajudar a entender os motivos que levam um indivíduo a ser voluntário e a continuar a ser voluntário por um tempo maior. Assim, foram realizadas pesquisas e criados modelos unidimensionais, que tem como base o altruísmo onde o voluntário se doa sem esperar recompensa, e modelos com cinco ou seis fatores que além do altruísmo também tem como objetivo o social e o pessoal. Piccoli e Godoi (2012, p. 401) citam Anderson e Moore (1974, p. 55-60) como pioneiros na estruturação de modelo motivacional para o trabalho voluntário e que em 1978 esse modelo foi atualizado pelos mesmos autores. Partindo de uma pesquisa, com voluntários em 128 agências canadenses, para identificar e tipificar os voluntários, relacionaram como motivos originais para o voluntariado: 1) ajudar os outros; 2) sentir-se útil e necessária; 3) autocumprimento; 4) desenvolvimento pessoal; 5) melhorar a comunidade; 6) ocupar o tempo livre; 7) encontrar pessoas; 8) ganhar experiência relacionada ao trabalho; 9) amigos são voluntários; 10) por paixão.

Anderson e Moore (1978) concluem que as pessoas podem dedicar-se ao voluntariado por várias razões, mas o motivo humanitário e o desejo das pessoas sentirem-se úteis superam as outras razões (PICCOLI; GODOI, 2012, p. 401). Cavalcante et al. (2015), pesquisaram as motivações para a entrada de voluntários em ONGs brasileiras e citaram algumas teorias ou motivos para o voluntariado. O Inventário das Funções do Voluntário (VFI) determina como seis funções os fatores da motivação: carreira, social, proteção, estima, intelecto e valores, e ficou conhecida como a mais importante e sofisticada teoria da motivação voluntária. Ela foi testada e comprovada sua eficácia em seis diferentes universidades nos Estados Unidos (CAVALCANTE et al., 2015, p. 526).

Cavalcante et al. (2015), citam ainda, quatro motivos que instigam a motivação: o egoísmo, o altruísmo, o principialismo e o coletivismo, que conduzem comportamentos por ameaças ou oportunidades, que estabelecem valores do indivíduo e podem mudar atitudes dependendo da situação, onde em primeiro lugar estaria o bem-estar próprio justificando dessa forma o egoísmo como um dos motivos para a motivação.

Os autores Piccoli e Godoi (2012), descrevem o modelo “os quatro Ws do voluntariado” (What, Who, Where, e Why), que norteou os administradores a melhor compreender, selecionar e manter voluntários em uma determinada região do Reino Unido. Piccoli e Godoi (2012) citam ainda o modelo de Penner (2002), que visando o voluntariado planejado, de longo prazo e desenvolvido em um ambiente organizacional, defende que o espaço, a disponibilidade e os preceitos normativos influenciam o voluntariado.

Estes são alguns de vários modelos e teorias existentes que tentam identificar e tipificar os motivos que levam indivíduos a disponibilizar seu tempo ao voluntariado. A atuação do voluntariado é uma crescente atividade e acontece de formas variadas de execução, inclusive como forma de gestão do capitalismo em algumas sociedades civis, porém em alguns casos podem acontecer contradições, confirmando assim o egoísmo como motivação, como citou Batson (2002, p.89-105), visando o bem-estar pessoal como prioridade.

Para a relação dos voluntários com as pessoas em situação de rua, é necessária uma abordagem muito cuidadosa, visto que boa parte dessa população se encontra com o seu psicológico e emocional fragilizados e estigmatizados na alma e por muitas vezes também no corpo como cicatrizes na luta pela sobrevivência nas ruas.

É necessária motivação para se fazer um trabalho voluntário onde o amor ao próximo e uma consciência com humanidade são as maiores delas. O agir do voluntariado e suas ações solidárias desenvolve uma ambivalência onde o voluntário buscando ser útil para ajudar os outros, levando um pouco de amor e conforto para as pessoas em situação de rua, que, por sua vez, ao receberem essa ajuda repassam suas experiências de vida formando um elo entre contextos e realidades tão diferentes.

5. METODOLOGIA

5.1 Tipos de metodologia

Uma pesquisa precisa ser clara e rigorosa para que tenha legitimidade. Assim, este projeto de pesquisa busca conhecer e compreender de que forma acontece a ação dos agentes solidários do Grupo Mãos que Ajudam com seu trabalho voluntário junto às pessoas em situação de rua.

Para o início de uma pesquisa é preciso determinar o problema que será o objeto de estudo. Flick (2013) descreve em quatro os pontos de partida para o início de uma pesquisa e que a questão de pesquisa deve tratar de um tema socialmente relevante.

Os problemas de pesquisa são com frequência descobertos na vida cotidiana. [...] - pode haver uma carência de dados e percepções empíricas sobre um problema específico, [...] - a identificação de um problema de pesquisa pode ser a literatura [...] que requeira ser empiricamente testada [...] ou revelar a existência de lacunas no conhecimento sobre um problema, [...] - os problemas de pesquisa podem se desenvolver a partir de estudos anteriores que tenham produzido novas questões ou deixado algumas outras sem resposta (FLICK,2013, p. 32).

A autora Goldenberg (2013) escreve que uma pesquisa científica é um confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância. Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão, porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado — o "possível" para ele (GOLDENBERG, 2013, p. 13).

Para melhor compreender o voluntariado do Grupo Mãos que Ajudam no cotidiano das pessoas em situação de rua com seus fenômenos e significados adaptados nesse contexto de rua com sua realidade colonizada, desigual, injusta e estigmatizada desses indivíduos, optaremos pela pesquisa na perspectiva de metodologia qualitativa por ser uma metodologia interdisciplinar que engloba práticas de antropologia, psicologia, sociologia, educação entre outras.

A autora Goldenberg (2013) descreve que “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2013, p. 14). Dessa forma, ao pensar no projeto de pesquisa, é importante decidir qual método de pesquisa será utilizado, usaremos o método de pesquisa qualitativa por ser mais detalhista:

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los (GOLDENBERG, 2013, p. 53).

5.2 Técnica utilizada

Partindo do pressuposto que para uma melhor interação no cotidiano dessas pessoas em situação de rua, o Grupo Mãos que Ajudam precisa de uma aproximação mais intimista para conquistar a confiança dessas pessoas e melhor escutar e observar suas realidades, é que, como já dissemos, optamos pelo método de pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001 p, 21-22).

Na pesquisa, observar e ouvir, serão as formas de interagir com os voluntários para compreender a forma de abordagem/aproximação às pessoas em situação de rua. A partir dessa aproximação pode-se melhor observar o comportamento, as ações/benefícios promovidas e tentar ter o conhecimento empírico da realidade do objeto de estudo.

A observação a esse grupo de pessoas em situação de rua é de suma importância para que sejam coletados dados que serão transmitidos aos projetos sociais, aos governos municipais, estaduais e federais, para assim, serem criadas estratégias de ajuda para tentar minimizar e levar algum conforto e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas em situação de rua.

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele (BONI; QUARESMA, 2005, p 75).

Assim, a entrevista transcorre de forma informal como um bate-papo, sem se levar em conta o status, sexo, idade ou nível de educação do entrevistado com respostas reais (BONI; QUARESMA, 2005, p. 73)

Um termo de autorização para a exploração da imagem e das entrevistas será preparado juntamente com a formulação de um roteiro de perguntas aos voluntários com questionamentos sobre:

- Idade e sexo;
- Ocupação profissional;
- O que significa voluntariado para você?;
- Como você percebe a relação das suas ações com as pessoas em situação de rua?;
- Como se sente ao realizar as ações solidárias para as pessoas em situação de rua?;
- Como você consegue explicar a situação de pobreza das pessoas em situação de rua?;
- Como você descreveria as principais atividades que você desenvolve no voluntariado?;
- Como você percebe a importância do voluntariado para as pessoas em situação de rua?;
- Como você enxerga o papel do Estado na vida das pessoas em situação de rua?.

5.3 Local de realização da pesquisa

A presente pesquisa será realizada com os voluntários do Grupo Mãos que Ajudam, que se reúnem semanalmente, na Rua Humberto de Campos, 481, bairro São João de Tauape, CEP 60130-350, na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará.

O Grupo Mãos que Ajudam é formado por um grupo de amigos entre homens e mulheres e de diversas idades que moram no mesmo bairro. As ações voluntárias exercidas por eles se dão de diversas formas, desde a distribuição de roupas, agasalhos, produtos de higiene e remédios como também alimentos. Os produtos distribuídos e a alimentação são arrecadados em suas vizinhanças.

O município de Fortaleza é a capital do estado do Ceará e se localiza na região Nordeste do Brasil. Possui uma área territorial de 313,8 km² e uma população com 2,61 milhões de habitantes, de acordo com o censo de 2016 realizado pelo IBGE, sendo considerada a 5^a cidade mais populosa do Brasil. O surgimento da cidade de Fortaleza se deu no ano de 1699, por ordem régia, na localidade de Aquiraz e a partir de 1726 o Forte Schoonenborgh, que como outros tantos fortes, fora construído pelos portugueses com o intuito de desfazer o comércio existente entre os nativos, os índios, e os europeus, e além disso, foi abrigo para os sobreviventes da vila de Aquiraz depois de um ataque dos índios, assim, se tornando vila.

Com a chegada do Marquês de Pombal em 1759, os jesuítas da Companhia de Jesus são expulsos e os povoados de Porangaba e São Sebastião foram levados a Vila Nova de Arroche e Vila Nova Messejana. Entre os anos de 1777 e de 1794 as vilas foram assoladas por uma grande seca, que exterminou quase todo rebanho bovino que era a indústria de charque no Ceará. Fortaleza é designada capital no ano de 1799 após a província ser separada de Pernambuco.

5.4 Dados dos participantes

Para estudar o agir do voluntariado nas políticas públicas a pesquisa será realizada sobre os voluntários do Grupo Mãos que Ajudam, que lidam com as pessoas em situação de rua.

Os critérios pré-estabelecidos para a participação na pesquisa serão:

- Aceitar participar da pesquisa;
- Ser maior de idade;
- Ser voluntário;

- Assinar espontaneamente um termo de autorização para a realização da entrevista e exploração do uso de imagem e da entrevista.

Os entrevistados serão em número de seis participantes, três homens e três mulheres, com o uso da metodologia de abordagem qualitativa e questionários para buscar compreender a motivação do agir voluntário e quais mudanças e aprendizados ocorreram após seus convívios com as pessoas em situação de rua.

5.5 Procedimentos utilizados

Para iniciar a pesquisa, será feito um primeiro contato com a responsável do grupo para que seja marcada uma visita da pesquisadora para a apresentação e explanação do projeto de pesquisa com seus procedimentos, metodologia e as técnicas utilizadas para a realização da pesquisa. A responsável repassará para os voluntários do grupo o projeto de pesquisa.

No caso de o projeto de pesquisa ser aceito pela responsável e pelos voluntários do grupo, será agendada uma nova visita, em que uma planilha lhes será apresentada com datas e horários que por eles serão escolhidos, segundo suas possibilidades, para a realização da pesquisa.

A proposta será de seis (06) entrevistas mensais pelo período de três meses acompanhando e vivenciando empiricamente a rotina dos voluntários. A pesquisadora terá um papel de observadora participante, e, com simpatia, educação e resiliência, buscará a aceitação de sua presença se moldando ao estilo e comportamento do grupo pesquisado respeitando o limite e a rotina dos indivíduos que estarão sendo observados sempre interagindo de forma dinâmica.

Em todo caso, a implicação é que a pesquisadora precisa fazer uma imersão no mundo dos seus sujeitos; ela não pode ser uma observadora neutra das atividades deles, mas precisa subjetivamente tornar-se uma deles. A chave para a etnografia interacionista é descobrir o sistema de símbolos que dá significado ao que as pessoas pensam e fazem (ANGROSINO, 2009, p. 21).

Na pesquisa qualitativa, Mattos (2001) ressalta que a abordagem etnográfica traz grandes contribuições e em especial nesta pesquisa que terá abordagem de temas como desigualdades sociais e processos de exclusão.

5.6 Análises realizadas

Passado o período estimado para as visitas e entrevistas, se iniciará a análise dos dados coletados. Segundo Flick (2013, p. 138) a análise qualitativa de conteúdo é um método clássico para analisar materiais textuais de diversas origens e dados de entrevistas. A análise de conteúdo com suas abordagens e características é datada no final do século passado onde todo material de comunicação verbal ou não-verbal são consideradas como fontes para análise, porém passam por análise por se encontrarem na sua forma original.

Como método de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação (MORAES, 1999, p. 1)

A entrevista em um projeto de pesquisa é de tamanha importância pois cria um elo e aproxima os atores sobre o tema proposto com mais conhecimentos e informações do objeto de estudo da pesquisa. “A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo” (FRASER; GONDIM, 2004, p. 140).

Assim, se dará a última parte da pesquisa. Com uma leitura criteriosa dos dados coletados e uma reflexão imparcial, analisando os pontos considerados mais importantes e que possam responder as inquietações e questionamentos que deram início para o desenvolvimento desta pesquisa.

5.7 Considerações éticas

Os princípios éticos em uma pesquisa têm grande relevância para o desenvolvimento do projeto, resguardando os participantes da pesquisa, em que o sigilo é uma forma de proteger àqueles que participaram da pesquisa. “Para a realização da pesquisa é princípio ético que as pessoas envolvidas tenham sido previamente informadas de que serão estudadas e que participem voluntariamente” (FLICK, 2013, p. 209).

Como lisura da pesquisa e procedimento ético, os entrevistados serão informados dos objetivos da pesquisa e da metodologia que será utilizada no decorrer e no pós-pesquisa, sendo assegurado a eles o sigilo dos dados e informações coletadas com um retorno do pesquisador com o resultado final da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que algumas pesquisas já foram realizadas com pessoas em situação de rua na expectativa de se chegar o mais próximo da realidade do número dessa população e de como as políticas públicas podem atuar para amenizar os efeitos causados a essas pessoas em situação de extrema pobreza. Porém, entende-se que também é necessário o trabalho voluntário para a realização das ações geridas e implementadas pelas políticas públicas tentando fortalecer e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas em situação de rua.

Assim, espera-se que essa pesquisa que será realizada com os voluntários do Grupo Mãos que Ajudam possa possibilitar um entendimento e o reconhecimento da importância do agir do voluntariado, que acontece independente da sua área profissional, raça, sexo ou nível de escolaridade.

REFERÊNCIAS

- ABAD, M. **Las Políticas de juventude desd la perspectiva de la relacion entre convivência, cidadania y nueva condición juvenil.** Última década, Viña Del Mar, CIDPA, março, 2002.
- ANDERSON, J. C.; MOORE, L. F. Characteristics of canadian volunteers in direct servisse. The motivacion to volunteer. **Nonprofit and Voluntary Sector Quartely**, v.7, p.120-129, 1978.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante.** Porto Alegre, Artmed, 2009.
- ARGILES, M. S.; SILVA, V. R. D. **Assistência Social e População de Rua**, V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luís: UFMA, 2011.
- BATSON, C. D. Addressing the altruism question experimentally. In: POST, S. G. et al. (Org.), **Altruism and altruistic love: Science, philosophy, and religion in dialogue.** New York: Oxford University Press, p. 89-105, 2002.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica do Pós-graduando em Sociologia Política da UFSC.** Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 68-80, jan-jul. 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.
- _____. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.** Brasília, 1998.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua.** Brasília: MDS, 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP. SUAS e População em Situação de Rua**, v. 2, Brasília, 2011.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política de Assistência Social - PNAS.** Brasília, nov. 2004.
- _____. Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua. **Decreto S/Nº de 25 de outubro de 2006.** Brasília, 2006.
- CAVALCANTE, C. E. et al. Motivação para a entrada de voluntários em ONG. **Revista de Administração [RAU]**, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 523-540, 2015.
- CNANN, R. A.; AMROFELL, L. M. Mapping Volunter Activity. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 23, n. 4, p. 335-355, 1994.
- CNANN, R. A.; HANDY, F.; WADSWORTH, M. Defining who is a volunter conceptual and empirical considerations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quartely**, v. 25, n. 3, p. 364-383, 1996.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Revista de Administração de Empresas [RAE]**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-12, jul-dez. 2002.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes; Revisão Técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da Fala do Outro ao Texto Negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Revista Pandéia**, Ribeirão Preto v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GAZETA ONLINE. **População de rua vira desafio para as políticas públicas: Trabalho, saúde e moradia são as principais necessidades**. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/06/populacao-de-rua-vira-desafio-para-as-politicas-publicas-1014061713.html>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, 4 ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa em ciências sociais**, v. 57, 13 ed., São Paulo: Editora Record, 2013.

HANDY, F. et al. Public perception of "Who is a volunteer": An of the net.costapproach from a cross-cultural perspective. **Scholarly Commons University of Pennsylvania**, v. 11, n. 1, p. 45-65, 2000. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/spp_papers/2/>. Acesso em: 04 abr. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua**. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303:pesquisa-estima-que-o-brasil-tem-101-mil-moradores-de-rua&catid=10:disoc&directory=1>. Acesso em: 16 jul. 2019.

JORNAL O DIÁRIO. **Após um ano, mãe reencontra filho através de reportagem no Clique5**. 2016. Disponível em: <<https://www.jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste//apos-um-ano-mae-reencontra-o-filho-atraves-de-reportagem-no-clique5-veja-video/81261&comp=1&comp=1&comp=1&comp=1>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LATHAN, G. P.; & PINDER, C. C. Work motivacion theory and research at the dawn of the twenty-first century. **Annual Review of Psychology**, v. 56, p. 485-516, 2005.

MATTOS, C. L. G. **A Abordagem etnográfica na investigação científica**; RJ, UFRJ, 2001.

MATTOS, R. M.; CASTANHO, M. I. S.; FERREIRA, R. F. **Contribuição de Vygotsky ao conceito de identidade: uma leitura da autobiografia de Esmeralda**; v. 3, n. 1, 2003.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2ª Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10-realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para pessoas em situação de rua**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. MINIDICIONÁRIO AURÉLIO, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o Dicionário da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coordenação Nacional de Saúde Mental. **Consultórios de Rua do SUS**. Material de trabalho para a II Oficina Nacional de Consultórios de Rua do SUS. Ministério da Saúde/EPJN-FIOCRUZ: Brasília, set. 2010.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA JR., J. F. et al. Concepções de Pobreza: um convite à discussão psicossocial. Trends in Psychology/ Temas em psicologia, **Psicologia Argum**, v. 22, n. 2, p. 341-352, jan-mar. 2012.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de Discriminação às Pessoas em Situação de Rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 18-28, 2013.

_____. A Construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no Psiquismo. **Quaderns de Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 85-93, 2014.

OBSERVATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL. **Número de pessoas em situação de rua só cresce no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://observatoriosc.org.br/noticia/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-so-cresce-no-brasil/>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

ONU BRASIL, Organização das Nações Unidas. **Voluntariado**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PICCOLI, Pedro; GODOI, Christiane Kleinübing. Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 19, n. 62, p.399-416, set. 2012. FapUNIFESP (SciELO).

PIVA, I. M. P. Sob o estigma da pobreza: a ação da Santa Casa da Misericórdia. In: SIQUEIRA, M. P. S. (Org.). **Sociedade e Pobreza**. Vitória: UFES, p. 17-29, 2006.

RUA, M. das G. **Políticas Públicas**. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2009.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: _____. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/Unesco, 2009.

SPRANDEL, M. A. A. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.